junho de 20

COMPLIANCE.JFERNANDES

HOSPITAL DE OLHOS IVANIR FREIRE

POLÍTICA LGPD

CONTEXTUALIZAÇÃO

A presente Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais (“Política”) tem como objetivo fornecer orientações sobre como gerenciar as diversas atividades e operações de tratamento de dados pessoais existentes na Empresa.

Este documento faz parte do programa de Compliance em obediência a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018 – “LGPD”) e outras leis setoriais sobre o tema.

Esse documento oferece regras e condições para que os dados pessoais possam ser utilizados nas atividades do dia a dia entre Empresa, agentes e pessoas físicas em consonância com a LGPD.

A Empresa realiza diversas operações de tratamento de dados pessoais buscando o melhor interesse dos titulares dos dados pessoais caracterizando-se como Controladora de Dados Pessoais, Operadora de Dados Pessoais, conforme as definições da LGPD, comprometendo-se ao comprimento das regras de privacidade e proteção de dados pessoais em sua integralidade.

Os dados tratados por nós, são armazenados no Sistema xxxxx, sua nuvem e Rede Interna. Estabelecemos um termo de compromisso de proibição de divulgação dos dados pessoais lá alocados.

Os profissionais que tratam dados (acessam) na Empresa possuem compromisso de não divulgação, exceto para os propósitos lícitos e confidencialidade, consoante determina a Lei.

DEFINIÇÕES DOS AGENTES:

- AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (“ANPD”): Órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da LGPD em todo território nacional. A ANPD foi instituída pela LGPD como órgão da administração pública federal com autonomia técnica, integrante da Presidência da República, definido a sua natureza como transitória e passível de transformação pelo Poder Executivo em entidade da administração pública federal indireta, submetida a regime autárquico especial e vinculada à Presidência da República.

- CONTROLADOR DE DADOS PESSOAIS: Pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.

- DADOS PESSOAIS: Informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável. Também são considerados dados pessoais aqueles utilizados para formação do perfil comportamental de determinada pessoa natural.

- DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS: Dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico quando vinculado a pessoa natural.

- ENCARREGADO OU DATA PROTECTION OFFICER (“DPO”): Pessoa física ou jurídica indicada pelo Agente de Tratamento para atuar como canal de comunicação entre o Controlador, os titulares de dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Será responsável pela implementação do Programa de Conformidade às leis de proteção de dados pessoais e condução das atividades relacionadas à proteção de dados pessoais no Sistema de Controles Internos e de Conformidade.

- FORNECEDORES: Terceiros contratados e subcontratados, pessoa física ou jurídica, não enquadrados como parceiros comerciais.

DEFINIÇÕES DOS AGENTES:

- OPERADOR DE DADOS PESSOAIS: Pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do Controlador.

- TERCEIRO: É toda pessoa física ou jurídica contratada pela Empresa para desenvolver ou auxiliar no desenvolvimento de suas atividades, tanto na qualidade de fornecedores de bens ou serviços, como de parceiros comerciais.

- TITULAR DE DADOS PESSOAIS (“TITULAR”): Pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento.

- TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS (“TRATAMENTO”): Toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

DESTINATÁRIOS

Esta Política se aplica:

- Aos nossos empregados;
- Terceiros, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas que atuam em favor e/ou em nome da Empresa em operações que envolvam tratamento de dados pessoais que sejam realizadas no escopo das atividades da Empresa;
- Aos agentes de tratamento de dados pessoais externos que se relacionem com a Empresa;
- Fornecedores;
- Pacientes;
- Titulares de dados pessoais.

A presente Política inclui todos os dados detidos, usados ou transmitidos pela Empresa em qualquer tipo de veículo, ou seja, dados pessoais registrados em papel, trocados via mensagem ou e-mail, mantidos em sistemas de computador ou dispositivos portáteis, bem como dados pessoais transmitidos oralmente.

OBJETIVOS

Estabelecer as diretrizes e responsabilidades;
Descrever as regras a serem seguidas na condução das atividades e operações de tratamento de dados pessoais.

APLICABILIDADE:

Instrução: SUBSTITUIR CLIENTE POR PACIENTE

1. Contratos de trabalho dos empregados e outros documentos;
2. Dados recebidos de pacientes e fornecedores por qualquer motivo e meio;
3. Políticas e normas de procedimentos de segurança da informação, bem como termos e condições de uso, que tratem sobre confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações da Empresa;

Todas as normas internas a respeito da proteção de dados pessoais que vierem a ser elaboradas e atualizadas.

PRINCÍPIOS NORTEADORES:

01

FINALIDADE

A Empresa realizará o tratamento de dados pessoais apenas para propósitos legítimos médicos, específicos, explícitos e informados ao titular de dados pessoais, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;

02

ADEQUAÇÃO

A Empresa realizará o tratamento de dados pessoais de forma compatível com as finalidades informadas ao titular de dados, e de acordo com o contexto do tratamento;

03

NECESSIDADE

O tratamento de dados pessoais será limitado ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades médicas, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento;

04

LIVRE ACESSO

Será garantido aos titulares de dados pessoais a consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados de forma escrita ou eletrônica, conforme Lei e CRM.

PRINCÍPIOS NORTEADORES:

05

QUALIDADE DOS DADOS

Garante-se aos titulares de dados pessoais, a exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento;

06

TRANSPARÊNCIA

Garante-se, aos titulares de dados pessoais, informações claras, precisas sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento de dados pessoais;

07

SEGURANÇA

A Empresa utiliza medidas técnicas, sistêmicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;

08

PREVENÇÃO

A Empresa adotará medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais;

BASES LEGAIS PARA O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Todas as operações de tratamento de dados pessoais terão como base legal a LGPD e CRM.

A realização de operações de tratamento de dados pessoais poderá ser realizada:

(i) Mediante o fornecimento de consentimento pelo titular de dados pessoais;
(ii) Para o cumprimento de obrigação legal, médica ou regulatória;
(iii) Para a realização de estudos por órgão de pesquisa;
(iv) Para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral;
(v) Para a proteção da vida ou da incolumidade física do titular de dados pessoais, ou de terceiro;
(vi) Para a tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária;
(vii) Quando necessário para atender aos interesses legítimos ou de terceiros
(viii) Para a proteção do crédito.
(ix)Para consecução de negócios lícitos.

TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS

Este compromisso incorpora os dados pessoais sensíveis enumerados no art. 5º, inciso II da LGPD, bem como os dados médicos e financeiros que, para os fins desta Política e do Programa de Conformidade da LGPD, terão o mesmo status que os dados pessoais sensíveis.

Os dados pessoais de crianças e adolescentes serão tratados como sensíveis e também estarão sujeitos às disposições próprias estabelecidas no Capítulo II, Seção III, da LGPD, e outras normas específicas aplicáveis.

A realização de operações de tratamento de dados pessoais sensíveis somente poderá ser realizada:

(i) Quando o titular de dados pessoais ou seu responsável legal consentir, de forma específica e destacada, para finalidades específicas;
(ii) Sem fornecimento de consentimento do titular de dados pessoais, nos casos em que o tratamento for indispensável para:
a. O cumprimento de obrigação legal ou regulatória da Empresa;
b. A realização de estudos e pesquisas, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais sensíveis;
c. O exercício regular de direitos, inclusive em contrato e em processo judicial, administrativo e arbitral;

d. Proteção da vida ou da incolumidade física do titular de dados pessoais, ou de terceiros;
e. Tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais da área.

Esclarecemos que todos os titulares de dados pessoais estão cientes que fornecem informações de forma consciente e voluntária para tratamento ao fim específico que se destina.

COMPARTILHAMENTO DE DADOS PESSOAIS

A Empresa divulgará os Dados Pessoais coletados a terceiros, exclusivamente nas situações exigidas e autorizadas pela Lei:

1. Com os seus profissionais, empregados, prestadores de serviço e parceiros quando necessário e/ou apropriado à prestação de serviços relacionados;
2. Com as empresas, indivíduos, fornecedores contratados para a execução de determinadas atividades e serviços que necessitem da divulgação, tais como empresas fornecedoras de produtos médicos, plano médico, contabilidade, tecnologia etc;
3.Para propósitos administrativos como: Pesquisa, planejamento, desenvolvimento de serviços, segurança e gerenciamento de risco.
5. Quando necessário em decorrência de obrigação legal e médica, determinação de autoridade competente, ou decisão judicial.

DIVULGAÇÃO LEGAL

A empresa divulgará dados nas hipóteses legais, vejamos:

1. Cumprir com uma legislação que exija tal divulgação, em especial para pesquisas médicas;
2. Investigar, impedir ou tomar medidas relacionadas a atividades ilegais suspeitas ou reais ou para cooperar com órgãos públicos ou para proteger a segurança nacional;
3. Execução de seus contratos e serviços médicos;
4. Investigar e se defender contra quaisquer reivindicações ou alegações de terceiros;
5. Proteger a segurança ou a integridade dos serviços (por exemplo, o compartilhamento com empresas que estão sofrendo ameaças semelhantes);
6. Exercer ou proteger os direitos, a propriedade e a segurança da Empresa e suas empresas coligadas;
7. Proteger os direitos e a segurança pessoal de seus pacientes, funcionários, parceiros, prestadores de serviço ou do público;
8. Em caso de venda, compra, fusão, reorganização, liquidação ou dissolução.

A Empresa cientificará os respectivos titulares dos dados sobre eventuais demandas legais que resultem na divulgação de informações pessoais, nos termos do que foi exposto no item 4, a menos que tal atitude seja vedada por lei ou proibida por mandado judicial ou, ainda, se a requisição for emergencial.

A Empresa resguarda-se do direito de contestar essas demandas se julgar que as solicitações são excessivas, vagas ou feitas por autoridades incompetentes.

COMPARTILHAMENTO DE DADOS PESSOAIS RECEBIDOS NO SITE

Compartilhamos seus dados pessoais com:

• Terceiros prestadores de serviço que realizam o tratamento de dados pessoais em nome da Empresa, para processar pagamentos e autorizações de planos médicos, cartões de crédito e pagamentos, gerenciamento de site, servidores, nuvens, entregas, distribuir e-mails, pesquisa e análise, administrar empregados, serviços e recursos. Ao utilizar terceiros provedores de serviços, firmamos acordos que exigem que estes implementem medidas técnicas e organizacionais em consonância com as nossas políticas de proteção de Dados.

•Também poderemos transferir seus dados pessoais no caso de venda ou transferência da totalidade ou de parte dos nossos negócios ou ativos (incluindo no caso de recuperação, cisão, dissolução ou liquidação).

DADOS COLETADOS NO SITE, E-MAIL, REDES SOCIAS E WHATSAPP

Solicitamos dados pessoais para fornecer-lhe os informações e serviços médicos.

Esses dados pessoais incluem:
·informações de contato, incluindo nome, RG, CPF, e-mail, telefone e endereço e dados médicos.
Ao interagir com nossos Sites ou redes sociais, certos dados são coletados automaticamente de seu dispositivo ou navegador web por Fornecedores de serviço de Leading, provedor do site e TI da Empresa. Esses dados incluem:
·IDs do dispositivo, estado da chamada, acesso à rede, informações de armazenamento e informações da bateria; e
·Cookies, endereços IP, cabeçalhos de referência, dados que identificam seu navegador web e versão e sinalizadores (beacons) e etiquetas (tags) web.

DIREITOS DOS TITULARES DE DADOS PESSOAIS

01

DIREITO DE ACESSO

O titular de dados pessoais pode solicitar e receber uma cópia de todos os dados pessoais coletados e armazenados, inclusive seu prontuário médico e histórico na Clínica, desde que solicitado pessoalmente mediante a apresentação de documento ;

02

DIREITO DE CORREÇÃO

O titular de dados pessoais pode requisitar a correção de dados que estejam incompletos, inexatos ou desatualizados;

03

DIREITO DE ELIMINAÇÃO

O titular de dados pessoais pode requisitar a exclusão de seus dados pessoais de bancos de dados geridos pela Empresa, contudo dados médicos não serão excluídos por ser uma obrigação legal a sua guarda, contudo está assegurado o seu sigilo conforme essa política.

Na hipótese de eliminação, a Empresa se reserva o direito de escolher o procedimento de eliminação empregado, comprometendo-se a utilizar meio que garanta a segurança e evite a recuperação dos dados.

DIREITOS DOS TITULARES DE DADOS PESSOAIS

04 DIREITO DE SOLICITAR A SUSPENSÃO DE TRATAMENTO ILÍCITO DE DADOS PESSOAIS:

O titular de dados pessoais poderá requisitar a anonimização, bloqueio ou eliminação de seus dados pessoais que tenham sido reconhecidos por autoridade competente como desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na LGPD.

A solicitação deverá ser feita ao DPO no e-mail lgpd@jfernandes.adv.br

.

A resposta do DPO será dada em resposta ao e-mail no prazo de 5 dias úteis.

05 DIREITO DE OPOSIÇÃO A UM TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Nas hipóteses de tratamento de dados pessoais não baseadas na obtenção do consentimento, o titular de dados pessoais poderá apresentar uma oposição, que será analisada a partir dos critérios presentes na LGPD.
A solicitação deverá ser feita ao DPO no e-mail .
A resposta do DPO será dada em resposta ao e-mail lgpd@jfernandes.adv.br no prazo de 5 dias úteis.

DIREITOS DOS TITULARES DE DADOS PESSOAIS

06

DIREITO À REVOGAÇÃO DO CONSENTIMENTO

O titular de dados pessoais tem direito a revogar o seu consentimento. Entretanto, ressalta-se que isso não afetará a legalidade de qualquer tratamento realizado antes da retirada.

A solicitação deverá ser feita ao DPO no e-mail lgpd@jfernandes.adv.br

A resposta do DPO será dada em resposta ao e-mail no prazo de 5 dias úteis.

DEVERES PARA O USO ADEQUADO DE DADOS PESSOAIS

Os deveres de cuidado, atenção e uso adequado de dados pessoais se estendem a todos os destinatários desta Política no desenvolvimento de seus trabalhos e atividades.

DEVERES ESPECÍFICOS DOS TITULARES DE DADOS PESSOAIS

Incumbe aos titulares de dados pessoais comunicar sobre quaisquer modificações em seus dados pessoais na sua relação com a Empresa (exemplo mudança de endereço, estado civil), notificando-a: Por e-mail endereçado ao DPO e-mail lgpd@jfernandes.adv.br

DEVERES ESPECÍFICOS DOS EMPREGADOS

O compartilhamento de dados pessoais de titulares de dados pessoais entre Departamentos da empresa é permitido, desde que respeitada a sua finalidade e base legal, observado o princípio da necessidade.

DEVERES DOS EMPREGADOS, AGENTES DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS E TERCEIROS

(i) Não disponibilizar acesso (login) aos dados pessoais mantidos pela Empresa para quaisquer pessoas físicas ou jurídicas.
(ii) Obter a autorização para o tratamento de dados e ter os documentos necessários que demonstrem a designação de sua competência para a realização a operação de tratamento de dados lícita, nos termos dessa política.
(iii) Cumprir as normas, recomendações, orientações de segurança da informação e prevenção de incidentes de segurança da informação descritas nesse e nos demais regramentos sobre o tema.

DEVERES DE TODOS OS DESTINATÁRIOS DESTA POLÍTICA

Todos os destinatários desta Política têm o dever de contatar o DPO da Empresa, quando da suspeita ou da ocorrência efetiva das seguintes ações:

- Operação de tratamento de dados pessoais realizada sem base legal que a justifique;
- Tratamento de dados pessoais sem a autorização expressa da Empresa no escopo das atividades que desenvolve;
- Eliminação ou destruição não autorizada de dados pessoais de arquivos físicos ou eletrônicos.

RELAÇÃO COM OS TERCEIROS A LGPD

Estabelece que a responsabilidade no caso de danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos derivados de violações à legislação de proteção de dados pessoais é solidária, i.e., todos os agentes da cadeia envolvendo o tratamento de dados pessoais podem ser responsabilizados pelos eventuais danos causados.

Dessa forma, todos os contratos com terceiros deverão conter cláusulas referentes à proteção de dados pessoais, ou infomativo expresso com força de estabelecer deveres e obrigações envolvendo a temática, e atestando o compromisso dos terceiros com as legislações de proteção de dados pessoais aplicáveis.

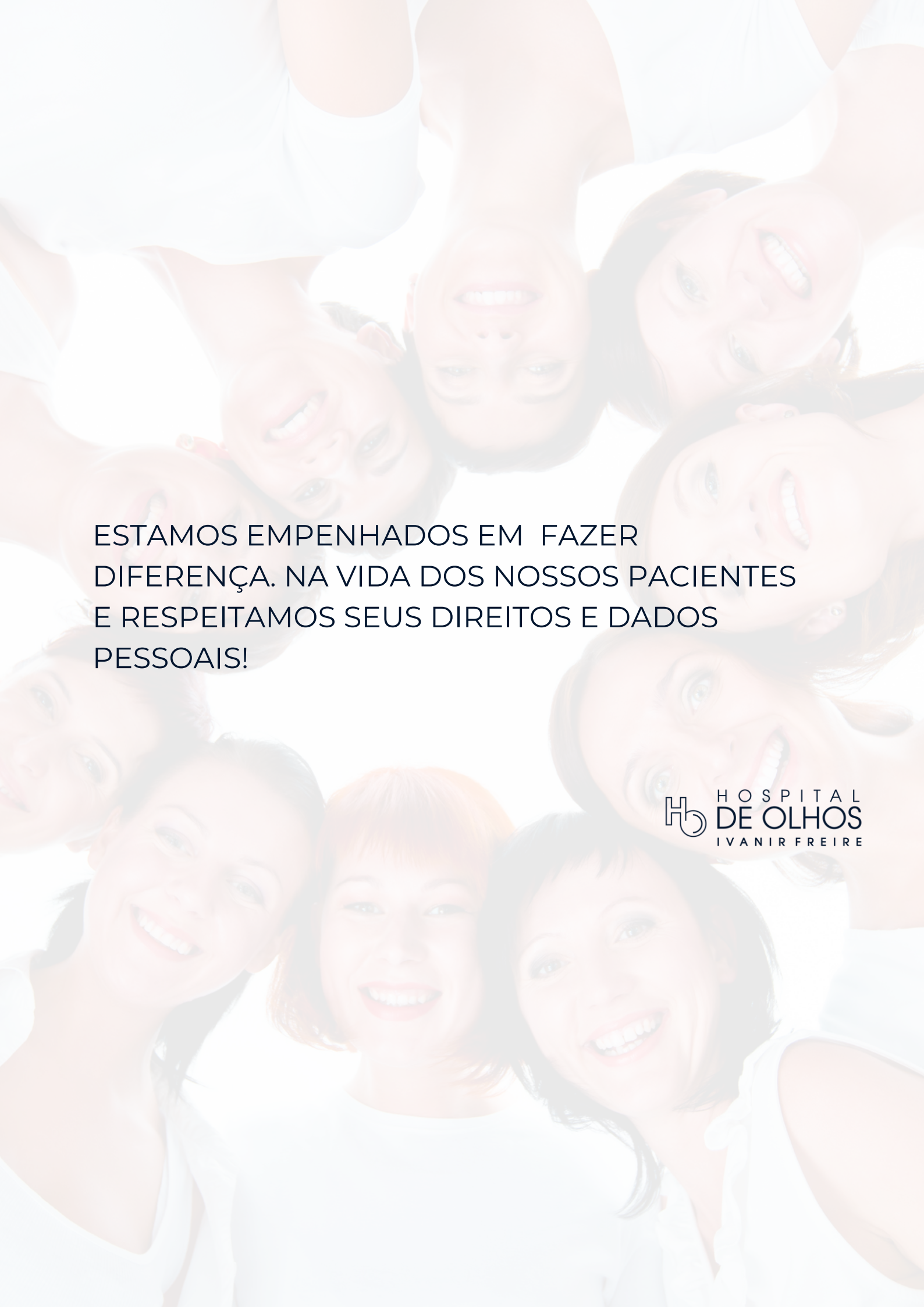
TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS PESSOAIS

Nas hipóteses em que há consentimento para tratar dados, a Empresa poderá transferir dados pessoais para outros países desde que, alternativamente:

(i) O país seja classificado como tendo um nível adequado de proteção de dados atribuído pela ANPD ou a transferência seja autorizada pela ANPD;

(ii) Enquanto não houver lista de países de nível adequado divulgada pela ANPD, o país seja classificado pela Comissão Europeia, por meio de uma decisão de Adequação, como país de nível adequado aos critérios da GDPR;

O agente de tratamento de dados pessoais internacional ofereça pelo menos uma das salvaguardas abaixo: a. Códigos de Conduta regularmente emitidos ou binding corporate rules aprovados pela Comissão Europeia; b. Cláusulas Contratuais Padrão emitidas pela ANPD ou pela Comissão Europeia; c. Selos e Certificados de conformidade ou adequação à proteção de dados pessoais concedidos por entidades reconhecidas pela ANPD ou pela Comissão Europeia.



ESTAMOS EMPENHADOS EM FAZER DIFERENÇA. NA VIDA DOS NOSSOS PACIENTES E RESPEITAMOS SEUS DIREITOS E DADOS PESSOAIS!

HOSPITAL DE OLHOS IVANIR FREIRE